

## *PARTES ORATIONIS*: NOTAS SOBRE A TRADIÇÃO GRECO-LATINA

Luiz M. M. de Barros  
Terezinha Bittencourt

A apreensão da linguagem como atividade vocal impregnada de semânticidade (*phone semantike; uox significatiua*)<sup>1</sup> suscitou, entre os antigos gregos e romanos, uma série de questões concernentes, precipuamente, aos seguintes pontos:

- a) as funções ou finalidades da atividade verbal;
- b) a relação entre conhecimento, linguagem e realidade;
- c) a distinção entre *sonus* significativo e não-significativo;
- d) a apreensão das unidades lingüísticas (*mere lexeos e mere logous*).

### **1. As funções da linguagem: *onomazein, legein e dialegesthai***

É fato notório que Platão aprendeu com Sócrates que não são as sensações do real, sempre múltiplas e multifárias, que se imprimem como significados nos significantes sonoros da linguagem. Também é inegável que ensinou a Aristóteles que as palavras carregam um valor semântico unitário e meramente inteligível. De fato, ambos acreditavam que as formas lingüísticas representam certo conteúdo de consciência que não se identifica com impressões sensíveis nem com imagens (*phantasmata*) delas derivadas. Para eles, a matéria fônica dos nomes é sinal de uma entidade genérica, essencial e imutável, que se abstrai das coisas (Aristóteles) ou que nelas se projeta (Platão). Trata-se, pois, de entidade que em si mesma só se manifesta no mundo das intelecções: é algo meta-físico e *ante rem*, do ponto de vista platônico, ou um *ens rationis cum fundamento in re*, do ponto de vista aristotélico.

No *Crátilo* (387a – 388c) e no *Sofista* (262a – 263e), Platão afirma que as palavras têm por função nomear (*onomazein*) e dizer (*legein*) as coisas. Assim como a lançadeira é instrumento de tecelagem que serve para separar

---

<sup>1</sup> Por simplificação, não se empregam neste texto os diacríticos costumeiramente utilizados nas transcrições do grego em caracteres latinos.

os fios da teia, as palavras, pelo seu poder de nomear, também podem ser consideradas uma espécie de instrumento (*organon*) que serve para desembaralhar ou destrinçar as substâncias (*diacriticon tes ousias*), impondo certa organização ao mundo supra-sensível das Idéias. Uma vez separados, os seres que se nomeiam podem ser diversamente entrelaçados no espaço do dizer ou enunciar (*legein*), o que permite a construção do raciocínio, a busca da verdade e a instauração do processo interlocutivo com o propósito de instruir ou informar. Pelo ato de dizer, o indivíduo sempre denomina as coisas para si mesmo ou para outrem. Deste modo, instaura-se o processo dialógico entre diferentes sujeitos ou o “diálogo da alma consigo mesma”. Para Platão, o dialogismo é princípio fundador da linguagem e meio fundamental para a ação do filósofo: falar, pensar e filosofar são, por excelência, formas de *dialegesthai*.

Para compreender o ponto de vista de Platão sobre a linguagem, é necessário pinçar e confrontar informações que se encontram dispersas em vários dos seus textos. Também é necessário lembrar que a “segunda navegação”, mais árdua e difícil, proposta por ele no *Fédon*, deve conduzir o sujeito cognoscente ao mundo das formas puras ou Idéias<sup>2</sup>, que existem *per se* (*to auto*) e são realidades anteriores às coisas do universo sensível. Originárias de uma dimensão metafísica, que no *Fedro* (247c-e) corresponde a um “lugar supraceleste” (*huperouranios topos*), as Idéias se apresentam como algo (*ousia*) unitário e indestrutível; algo desprovido de qualquer materialidade; algo que mantém com os objetos do mundo físico apenas uma série de relações que se imbricam ou se complementam: precedência e causalidade; modelo e imitação; presença, participação e comunhão. Assim, a Idéia é vista como princípio e causa das coisas sensíveis, a sua *ratio essendi* ou seu pressuposto de inteligibilidade. O mundo da *empeiria* apenas mimetiza modelos preexistentes, formas arquetípicas. A participação, por sua vez, é pensada como a presença da unidade na variedade: trata-se do reflexo de uma Idéia que impõe determinada ordem ao caos de nossas incessantes experiências; é um ponto comum (limite) por que se identificam diversos seres apreensíveis pelos sentidos em um *continuum* aberto e interminável, que se perde na liberdade do Infinito.

Na *Sétima Carta* (342a-b), Platão apresenta relevante síntese das suas várias e variadas reflexões sobre a relação entre o ser, o saber e a linguagem.

<sup>2</sup> Como bem se sabe, Platão atribui ao inteligível unitário, “*per se* existente, o nome neutro *Eidos* ou o seu equivalente feminino *Idea* (Forma, Idéia). De modo geral, *eidos* corresponde, em latim, ao termo *species*.”

Segundo ele, no processo de conhecimento de tudo o que existe, é preciso distinguir:

- a) a coisa na sua singular e mutável concretude empírica (v.g., determinado objeto com formato circular que tenho diante dos olhos);
- b) a Forma ou essência das coisas (v.g., a idéia CÍRCULO, considerada como algo de um mundo supra-sensível);
- c) a representação verbal (*onoma* e *logos*) das coisas (v.g., a palavra “círculo” ou uma frase que define ou descreve os objetos circulares, como “círculo é aquilo cujos pontos extremos estão em qualquer parte igualmente distantes do centro”);
- d) a representação não-verbal (*eidolon*) das coisas (v.g., o desenho, a pintura ou outra projeção qualquer da circularidade sobre uma superfície);
- e) o tipo de saber que se tem a respeito das coisas: o saber reflexivo ou científico (*episteme*), o saber intuitivo (*nous*) e a opinião verdadeira (*alethes tes doxa*).

No entendimento de Platão, as *Ideas*, em sua plena nudez, só se manifestam perante um olhar divino. Ao simples mortal, resta apenas o consolo de vê-las fantasmagoricamente projetadas no dorso das coisas sensíveis (como nos sons lingüísticos ou nos pontilhados pictóricos) ou o assombro de vislumbrá-las sob o véu, mais fino ou mais espesso, da fantasia epistêmica, doxástica ou noética.

Divergindo de Platão, Aristóteles considera o inteligível (*noeton*) como algo que a racionalidade humana abstrai do que chega pelos sentidos. Este “algo”, elaborado pela razão, é o que há de uno, permanente, necessário e comum em diversos objetos, reais ou virtuais; é o que permite ao sujeito cognoscente identificar, na *res extensa*, uma multiplicidade de indivíduos como membros de um mesmo gênero ou classe; é a “forma” (*morphe*), correspondente à essência ou *quidditas* das entidades existentes e mutáveis do mundo sensível; é certo modo de “ser”, forjado pelo intelecto a partir de coisas experimentadas, ao qual se subsumem e pelo qual se identificam, no ato cognitivo, outros ou novos “entes”. Em resumo, o inteligível é uma simples apreensão e construção do espírito: é “o que é concebido” (*conceptus*) pela inteligência como modo universal e possível de ser. Consoante as lições aristotélicas (v. *Peri Psuches*), não são as sensações nem as imagens da pedra em que tropeço, toco ou vejo que se encontram no reino das minhas intelectões. É simplesmente o *conceptus* PEDRA, que se assinala por determinada voz (*lithos, pedra, pietra, stone, Stein*, etc). Assim, pelo conteúdo que o segmento fonético

[‘pɛdra] representa, são reduzidos à unicidade e apreendidos como sendo o “mesmo” elementos concretamente distintos e infinitamente variáveis na sua singularidade: o objeto áspero e irregular que me fere os pés descalços ou com que me deparo *nel mezzo del cammin*; o fragmento sólido que Davi arremessou na frente de Golias; a lasca pontiaguda e polida usada pelos primitivos como cunha de instrumento de corte; o cristalizado reluzente e multifacetado que se engasta num aro de ouro; frações de dura matéria que por divertimento se atira no lago, quebrando-lhe o silêncio e encrespando círculos concêntricos em sua superfície; etc. Segue-se, pois, que subjacente a múltiplas possibilidades de designação há sempre, em determinado recorte sincrônico, um valor funcional constante e bem determinado (invariante semântica) para toda palavra.

Transportadas para os tempos atuais, as idéias de Aristóteles sobre a significação conflitam com o pensamento de partidários da Semântica prototípica, que atribuem aos conteúdos das unidades lexicais contornos vagos ou difusos. Sucede, porém, que a vaguidade não está nos significados das palavras. A rigor, ela decorre de indecisões que os falantes podem ter na inclusão de determinado objeto da realidade numa classe a que se aplica o signo *A* ou numa classe a que se aplica o signo *B*. (Devo chamar o objeto *x* de *A* ou devo chamá-lo de *B*?). Decorre, ainda, de diferentes possibilidades de fixação ou interpretação de limites entre os próprios objetos na amplitude do real. Assim, o momento entre o dia e a noite, em que a luz solar se esvai na linha do horizonte, espetáculo do mundo cotidianamente oferecido à humana contemplação, pode receber o nome de *entardecer*, se considerado como “ponto de passagem do dia para a tarde” ou de *anoitecer*, se interpretado como “ponto de passagem da tarde para a noite”.

Em *Categorias*, Aristóteles retoma, refaz e refina várias idéias de Platão contidas no *Crátilo* e, sobretudo, no *Sofista*. Considerando que todo nomear implica um dizer, Aristóteles substitui a dicotomia *onomazein/legein* pela distinção entre “o que se diz” (*to legomenon / ta legomena*) “por meio de uma combinação” (*kata sumploken*) e “sem combinação” (*aneu sumplokes*). No primeiro caso, temos enunciados do tipo “Sócrates corre”; no segundo, mera enunciação de palavras isoladas, como “Sócrates”, “homem”, “criança”, etc. Enquanto dizer em que há composição, a linguagem adquire novas feições e funcionalidades: deixa de ser simples *phone semantike* ou *logos semantikos* (*phasia*) e se transforma, em termos gerais, em *logos theoretikos*, *logos pragmatikos* ou *logos poietikos*. Pode, portanto, ocorrer como discurso de ciência, discurso utilitário, discurso lúdico ou discurso técnico. Pode referir-se ao real circundante, desfiando o cosmológico; pode referir-se a um mundo fabuloso ou sobrenatural, entretecendo o mítico, o místico, o mágico.

Em consonância com o pensamento platônico, Aristóteles também descortina, com toda clareza, as dimensões objetiva (referencialidade) e intersubjetiva (alteridade) da linguagem. Conforme ele afirma na *Retórica* (I, 1358b), o discurso pressupõe obrigatoriamente três seres ou “pessoas”: o ser que fala (1ª pessoa), o ser a que se fala (2ª pessoa) e o ser de que se fala (3ª pessoa). Trata-se, pois, de uma tricotomia que tem fundamento justamente no princípio, antes abordado por Platão (*Crátilo*, 388b), de que as palavras essencialmente existem para estabelecer relações entre os sujeitos falantes, e destes com o mundo dos objetos. Em outro texto (*Peri Psuches*, 420b e 435b), Aristóteles igualmente afirma que a capacidade de expressão verbal serve para significar alguma coisa para outrem, acrescentando que o seu exercício tem por finalidade última a procura do Bem, o que significa a busca do aperfeiçoamento do indivíduo, a realização, em sua plenitude, da humana condição nesta transitória existência na Terra.

## **2. *Semainon, semainomenon e pragma (uox, conceptus e res)***

Das investigações vinculadas aos tópicos (b) e (c), inicialmente indicados, decorreram não só as diferenças estabelecidas entre sinal (signo) natural e convencional, mas também o paulatino desvelamento de três elementos que participam do processo semiológico: significante, significado e referente.

Por volta do séc. V a.C., os filósofos gregos já indagavam se as formas verbais mantinham com o mundo dos objetos um vínculo natural (*phusei*) ou convencional (*nomo, kata suntheken, thesei*)<sup>3</sup>. Os naturalistas defendiam a idéia da existência de uma relação real e necessária entre as palavras e as coisas designadas. Os convencionalistas alegavam, por sua vez, não haver um liame naturalmente obrigatório entre a estrutura sonora das palavras e aquilo que nomeiam. Para eles, trata-se de um relacionamento imposto ou instituído

---

<sup>3</sup> A polêmica *phusis / thesis*, aqui ligeiramente abordada, assumiu, na evolução do pensamento grego, variadas feições e diferentes graus de complexidade. O debate podia, por exemplo, girar em torno de uma questão ontológica (relação entre os sons das palavras e a essência das coisas), semiológica (função dos signos lingüísticos) ou glotogônica (origem das palavras e da própria linguagem). Acrescente-se que o termo *phusis* foi usado não só para indiciar como “natural” a relação que se instaura entre diferentes pares (palavra / realidade; significante / realidade; significante / significado; significado / referente), mas também para designar a própria “natureza” dos objetos cognoscíveis ou dos sujeitos cognoscentes (falantes). Observe-se, ainda, que no âmbito do medievalismo escolástico o *conceptus* foi freqüentemente interpretado como *signum naturalis* das coisas (*res*).

pela vontade humana. Conforme diz Aristóteles (*Peri Hermeneias*, 16a), os sons emitidos pelos animais, ainda que tenham valor referencial, não podem ser tomados como espécies de palavra (*onoma*), porque não trazem em si características de convencionalidade, isto é, não são resultado de um pacto social historicamente estabelecido.

Heráclito (536 – 470 a.C.), o primeiro grande filósofo da Grécia a formular e discutir o problema da relação entre o ser, o conhecer e a palavra, é tido como partidário da *phusis*. Demócrito, que viveu entre 460 e 375 a.C., foi partidário da *thesis*, apresentando os seguintes argumentos: a) uma palavra pode sofrer mudanças ou se referir a coisas distintas; b) algumas coisas possuem mais de um nome; c) muitos objetos carecem ou careciam de denominação<sup>4</sup>. É no *Crátilo*, porém, o já mencionado diálogo de Platão, que a antinomia *phusis / thesis* ganha relevo e pormenorizado desdobramento, embora o debate a propósito do referido tema, já analisado e comentado *ad nauseam*, sirva apenas de pano de fundo para uma reflexão sobre outra questão, de interesse epistemológico, que se prolonga e melhor se resolve no *Sofista*: o dizer justo (verdadeiro) ou injusto (falso). Conforme afirma Platão, sempre falamos de alguma coisa; por conseguinte, falar com justeza (de modo verdadeiro) consiste pura e simplesmente em dizer as coisas tais como elas são: *ta onta hos estin legein*<sup>5</sup>.

A controvérsia *phusis – thesis* teve larga duração e desempenhou importante papel na evolução da doutrina gramatical, visto que chamou a atenção para a forma, estrutura e função das palavras. Tal controvérsia não só deu origem a estudos etimológicos, mas também provocou debates sobre regularidades e irregularidades idiomáticas (disputa entre analogistas e anomalistas), suscitando variadas observações de cunho morfossemântico. É relevante notar que Protágoras, famoso sofista que nasceu em 480 e morreu em 411 a.C., teceu alguns comentários sobre a categoria gramatical de gênero, fato a que Aristóteles, cerca de 100 anos depois, faz explícita referência em duas de suas obras: a *Retórica*, livro III, cap. 5, e os *Elencos Sofísticos*, cap. 14.

Até o séc. IV a.C., era comum entre os gregos, particularmente entre os sofistas, a visão da linguagem sob o prisma de certo dualismo semiótico: o conteúdo semântico das palavras era identificado com o mero conhecimento sensível ou confundido com o próprio objeto designado. Assim, a forma sonora

<sup>4</sup> Consoante a argumentação de Demócrito, se as palavras fossem uma cópia do real, não deveria haver diferentes nomes para o mesmo objeto, nem a designação de diferentes seres pelo mesmo nome.

<sup>5</sup> Cf. *Crátilo*, 387 b; *Sofista*, 263 b.

dos nomes era com frequência considerada uma espécie de sinete que se aplicava diretamente aos corpos singulares e sempre cambiáveis das coisas apreendidas pelos sentidos<sup>6</sup>. Tal relação dicotômica atribuída ao processo linguístico, que supõe uma espécie de “realismo direto”, foi veementemente criticada por Platão e por Aristóteles, pois desqualificava a linguagem como meio de encontrar e manifestar a verdade. Conforme acima explicado, para os dois filósofos as vozes das palavras representam de imediato algo unitário ou invariável, que, por sua vez, remete aos variados e infinitamente variáveis estados de coisas da realidade. Surgem, desse modo, os lineamentos de uma teoria semiológica de base triangular, cuja síntese se pode expressar pelo princípio medieval de que *uoces significant res mediantibus conceptibus*<sup>7</sup>.

### 3. *Phone semantike: lexis e logos*

No desenvolvimento das idéias gramaticais, que vai de Platão e Aristóteles até os estóicos e a escola de Alexandria, os termos *lexis* e *logos*, sem se despirem da sua densa polissemia, foram assumindo funções bastante diferentes. Em Platão e em Aristóteles (séc. IV a.C.), há claros indícios de que *lexis* tem um sentido que se pode traduzir por “emissão vocal”, “enunciação”, “ação de dizer”, “elocução” ou “expressão”. Trata-se, portanto, de termo que se aplica à face sensível (fônica) da atividade verbal, ao discurso na condição de “significante sonoro” ou, ainda, à linguagem considerada a partir de sua materialidade morfológica e fonética. À forma vocal timbrada de impressões psíquicas (*phone semantike; uox significatiua*), vale dizer, a qualquer manifestação de linguagem, em que inconsutilmente se combinam conteúdo e expressão ou *ratio* e *oratio*, é que se atribuem os termos *logos* (oração, frase, discurso) e *meros logou* (palavra simples ou composta enquanto parte da oração). Respaldam esta diferença terminológica o que Platão assinala na *República* (III, 392) e o que Aristóteles afirma na *Retórica* (III, 1403b) e também na *Poética*

<sup>6</sup> Reminiscências da ingênua suposição de aderência da forma sonora da palavra a certo objeto do mundo real sobrevivem no emprego encantatório da linguagem, na crença de que a simples emissão do vocábulo faz as coisas acontecerem. Conforme o dito popular, “é só falar no diabo que ele aparece”.

<sup>7</sup> Comentando as *Categorias* de Aristóteles, Simplício, filósofo neoplatônico do séc. VI, já afirma que o objetivo da referida obra é justamente discorrer sobre “vozes simples que significam coisas simples, por intermédio de conceitos simples”: *peri haplon phonon semainouson hapla pragmata dia meson haplon noematon*. (*In Cat.*, p.12, 9)

(1450b e 1456b), onde ele precisamente arrola oito “partes da expressão” (*mere lexeos*), entre as quais aparecem os *stoicheia* (fonema / letra) e a sílaba.

É interessante observar que em *Commentarium in librum aristotelis perihermeneias*, Boécio (fins do séc. V), traduz o termo *lexis* por *locutio*, a que confere a definição de *uox articulata*, entendendo por *uox* uma espécie de *sonus* que é peculiar aos seres animados e suscetível de carrear alguma significação. Interpretando com acerto o texto aristotélico, Boécio reconhece que algumas *partes locutionis* (*mere lexeos*) não são portadoras de valor semântico: “Locutio namque non in solis significatiuis uocibus constat sed supergrediens significationes uocum ad articulatos sonos usque consistit”.

Com os pensadores estóicos que viveram entre os séculos III a.C. e I a.C., os termos *lexis* e *logos* ganharam novos empregos na descrição da linguagem. Segundo informações colhidas em Sexto Empírico (séc. II d.C.) e em Diógenes Laércio (séc. III d.C.), os estóicos empregavam *logos* para indicar uma “voz significativa” (*phone semantike*), ao passo que *lexis* indicava apenas uma “voz articulada” (*phone enarthros*)<sup>8</sup>, que podia ser significativa, como *hemera* [dia] ou “não-significativa” (*asemantos*), como *blitri* (espécie de onomatopéia). Ao valor semântico associado à *lexis*, os estóicos costumavam dar o nome de *lekton*. Nesta linha de entendimento, *logos* sempre corresponde, como sucede com o signo saussuriano, a uma entidade de duas faces, uma sensível (*lexis*) e outra inteligível (*lekton*)<sup>9</sup>. Enquanto componentes do *logos*, a face sensível ou corpórea é um significante (*semainon*); a face inteligível ou incorpórea é um significado (*semainomenon*). Em conjunto, representam alguma coisa do mundo extralingüístico (*tuchanon, pragma*). Em resumo, temos:

*phone* não-articulada  
*phone* articulada ..... (*lexis*)  
*lexis* sem *lekton*  
*lexis* com *lekton*..... (*logos*)

É interessante comparar a classificação acima com outra anterior, que se pode inferir do pensamento aristotélico. Na opinião de Aristóteles (*Peri Psuches*, II, 420b; *Peri Hermeneias*, II, 16a), alguns dos sons produzidos pelos seres animados, (*psophos empsuchou*) podem ser usados com valor de sinal

<sup>8</sup> A “voz articulada” era sempre vista como *phone engrammatos*, quer dizer, como emissão sonora suscetível de ser reproduzida ou representada por letras.

<sup>9</sup> Os termos *logos*, *lexis* e *lekton* ressurgem nos textos de Santo Agostinho (séc. IV d.C.) sob as formas de *uerbum*, *dictio* e *dicibile*, respectivamente. A distinção agostiniana entre *uerbum mentis* (*cordis*) e *uox uerbis* também parece ter as suas raízes na oposição estóica entre *logos endiathetos* e *logos prophorikos*.



(*semeion*)<sup>10</sup>. Há, todavia, que se distinguir sons inarticulados (*psophoi agrammatoi*) que naturalmente manifestam alguma coisa, como sucede com gritos de animais, e a voz propriamente humana (*phone*), emissão sonora articulada que se emprega como sinal convencional (*sumbolon*) das “impressões psíquicas” (*pathemata tes psuches*). Estas, por sua vez, são similitudes noéticas dos seres e aconteceres da realidade (*pragmata*). Em síntese, pode-se traçar o seguinte quadro:

### I. Sons dos seres animados em geral

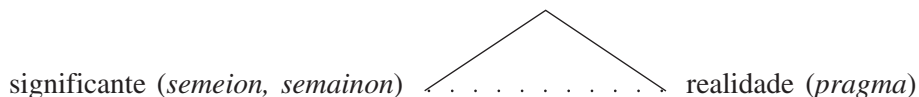
- a) sons que significam e sons que não significam
- b) sons articulados e sons não-articulados

### II. Sons que significam

- a) não-articulados..... sinal natural
- b) articulados.....sinal convencional (símbolo)<sup>11</sup>

As observações aristotélicas sobre a *uox significatiua* sugerem, conforme já dissemos, a existência de uma relação semiológica triádica, que se pode reduzir ao seguinte esquema:

significado (*pathemata tes psuches, semainomenon*)<sup>12</sup>



<sup>10</sup> Para Aristóteles, o sinal (*semeion*) é algo que mantém com aquilo que é sinalizado (*semeioton*) uma relação implicativa. Conforme se infere do que ele diz nos *Primeiros Analíticos* (II, 27, 70a), a coisa que faz supor a existência de outra, seja anterior ou posterior, é, desta outra, um sinal. Por conseguinte, o sinal é sempre uma coisa que leva ao conhecimento de alguma outra. Como preferiam dizer os estóicos, o *semeion* serve para revelar o *semeioton*. Assim, a fumaça funciona como sinal de fogo; uma cicatriz, como sinal de um antigo ferimento. É fato conhecido que a doutrina estóica a respeito dos sinais (inclusive exemplos) reaparece na obra de Santo Agostinho.

<sup>11</sup> Vale lembrar que a definição aristotélica de *sumbolon*, embora distante da interpretação saussuriana, encontrou plena guarida nos trabalhos semióticos de Charles S. Peirce.

<sup>12</sup> Em Aristóteles, o termo *semainomenon* aparece, por exemplo, na seguinte passagem da *Retórica* (III, 1405b): *kallos de onomatos to men, hosper Likumnios legei, en tois psophois e toi semainomenoi...* [ como diz Licínio, a beleza de uma palavra pode estar nos seus sons ou no seu significado...]. Também nos textos aristotélicos é comum o emprego de *semainon* para indicar “o que significa” (significante).

As classificações estoíca e aristotélica, acima esquematizadas, de certo modo se fundem e se complementam na que se encontra nas *Summulae Logicales* de Petrus Hispanus (séc. XIII) e que se repete nas *Summulae de Dialectica*, de Joannes Buridanus, (séc. XIV). Neste último, pode-se ler o seguinte:

Vocum alia significatiua, alia non significatiua. Vox significatiua est illa quae aliquid auditui repraesentat, ut ‘homo’ ‘hominem’, uel gemitus infirmorum dolorem aut latratus canum iram uel gaudium. Vox non significatiua est illa quae auditui nihil repraesentat, ut ‘bu’, ‘ba’.

Vocum significatiuarum alia significatiua naturaliter, alia ad placitum. Naturaliter significat illa uox quae apud omnes idem repraesentat, ut gemitus infirmorum, latratus canum. Vox significatiua ad placitum est illa quae ad uoluntatem instituentis aliquid repraesentat, ut ‘homo’, ‘hominem’.

Vocum significatiuarum ad placitum alia complexa, alia incomplexa; complexa ut oratio, incomplexa ut nomen uel uerbum.

No âmbito da escola de Alexandria (fundada no séc. III a.C.), o termo *logos*, apesar de conservar a sua polivalência, foi corriqueiramente usado pelos gramáticos para designar o que hoje chamamos de frase ou oração, definida como combinação de palavras que exprime um pensamento completo. Já o termo *lexis*, alternando-se com *meros logou*, passou a designar, sobretudo, o que denominamos palavra. Na *Techne* atribuída a Dionísio Trácio, define-se *lexis* justamente como a menor parte da frase.

#### **4. *Meros lexeos e meros logou: dos gregos aos gramáticos latinos***

Entre os gregos antigos, os sons elementares da fala (*stoicheia*), a sílaba, a palavra e a oração foram tomados como unidades fundamentais da análise lingüística. Referências a estas unidades se encontram em diversos diálogos de Platão, (*Crátilo*, *Teeteto*, *Sofista*, *Político*), o que indicia já serem, no séc. IV a.C., costumeiras e bem assentadas distinções metalingüísticas.

Considerada como “parte da oração” (*meros logou*) semanticamente indivisível, conforme se afirma no *Crátilo* (385c), a palavra sempre ocupou lugar central nas discussões sobre a linguagem. Foi objeto de pesquisas etimológicas, examinada quanto aos seus acidentes gramaticais e submetida a variados crité-

rios de classificação. Apesar da riqueza morfológica dos idiomas clássicos, a palavra, e não o morfema, é que sempre foi tratada como forma primária e unitária de significação<sup>13</sup>. Como diz o alexandrino Apolônio Díscolo (séc. II d.C.), em sua admirável *Peri Suntaxeos* (I, 37), o termo *anthropoi* [homens] não perde a sua unicidade, embora carregue, conjuntamente com o seu valor básico, a idéia de plural. Na verdade, em toda a Antigüidade ocidental não se chegou a configurar uma teoria dos morfemas como signos mínimos de uma língua.

#### 4.1 Platão, Aristóteles, estóicos e alexandrinos

Comentários de Platão sobre a frase e seus constituintes podem ser encontrados, principalmente, nos diálogos *Crátilo*, *Sofista* e *Teeteto*. De acordo com o pensamento platônico, a frase (*logos*) compreende dois componentes fundamentais: *onoma* e *rhema*. A distinção de tais componentes tornou-se ponto obrigatório de referência, servindo de base à análise sintática e à classificação de palavras das descrições lingüísticas que se fizeram posteriormente.

Numa passagem do *Sofista* (262a), o estrangeiro de Eléia e Teeteto dialogam sobre *onoma* e *rhema* nos seguintes termos:

- Estrangeiro: – Possuímos, na verdade, para exprimir vocalmente o ser dois gêneros de sinais.  
 Teeteto: – Quais?  
 Estrangeiro: – Os nomes e os verbos, como os chamamos.  
 Teeteto: – Explica tua distinção.  
 Estrangeiro: – O que exprime as ações, nós chamamos verbo.  
 Teeteto: – Sim.  
 Estrangeiro: – Quanto aos sujeitos que executam essas ações, o sinal vocal que a eles se aplica é um nome.

Como Platão admite que toda frase resulta da combinação de *onoma* e *rhema*, pode-se inferir que o primeiro vocábulo designa o que atualmente se chama **nome e sujeito da oração**; o segundo subsume as noções de **verbo** e de **predicado**. A princípio, portanto, *onoma* e *rhema* designavam funções sintáticas comumente exercidas por determinadas espécies de unidades lexicais.

<sup>13</sup> Entre os primeiros gramáticos latinos, a definição da palavra (*uerbum*), como a menor unidade significativa, aparece com todas as letras em Varrão: *Verbum dico orationis uocalis partem, quae sit indiuisa et minima.* (*De lingua Latina*, X)

As idéias de Platão foram aproveitadas e reelaboradas por Aristóteles. As reflexões do sábio Estagirita sobre a linguagem, em geral, e sobre as partes do discurso, em particular, espalham-se por diversas das suas obras, dentre elas a *Retórica*, a *Poética* e o conjunto de textos reunidos sob o título genérico de *Organon* (*logikon*). Compõem este último, como bem se sabe, trabalhos sobre Lógica que foram editados no séc. I a.C. por Andrônico de Rodes na seguinte ordem: 1) *Categorias*; 2) *Da Interpretação*<sup>14</sup>; 3) *Analíticos Primeiros*; 4) *Analíticos Posteriores*; 5) *Tópicos*; 6) *Elencos Sofísticos*.

Ao discorrer sobre os termos da proposição no segundo livro do *Organon*, Aristóteles retoma e redefine a dicotomia *onoma* / *rhema* previamente discutida por Platão. Na *Retórica* (III, 1407a), reconhece a existência de uma terceira classe de componentes sintáticos, denominada *sundesmos*, que compreendia palavras diferentes de *onoma* e *rhema* (preposições, conjunções, etc.). No capítulo 20 da *Poética*, Aristóteles arrola os seguintes constituintes da enunciação ou expressão:

1. Som elementar da fala ou fonema (*stoicheion*);
2. Sílabas (*syllabe*);
3. Conectivo (*sundesmos*);
4. Artigo (*arthron*);
5. Nome (*onoma*);
6. Verbo (*rhema*);
7. Caso (*ptosis*);
8. Oração, frase, texto (*logos*).

Advirta-se, porém, que diversos exegetas afirmam que o citado capítulo da *Poética* sofreu sérias mutilações. Muitos chegam até a colocar em dúvida a sua autenticidade. Talvez por este motivo alguns lingüistas não atribuam a Aristóteles a distinção entre *sundesmos* (conectivo) e *arthron* (artigo)<sup>15</sup>. Advirta-se, ainda, que na *Poética* o termo *arthron*, que literalmente significa “articula-

<sup>14</sup> A tradicional tradução de *Peri Hermeneias* por *Da Interpretação* (lat. *De Interpretatione*; ing. *On Interpretation*) tem recebido algumas críticas. Muitos hoje preferem traduzir o referido título por *Da Expressão*, o que não só corresponde a um dos sentidos do termo grego, mas também parece estar em mais fina sintonia com os propósitos da obra aristotélica.

<sup>15</sup> Relewa notar que Quintiliano, autor de séc. I d.C., atribui a Aristóteles apenas a distinção entre *onoma*, *rhema* e *sundesmos* (*Inst. Orat.*, I, 4). O mesmo já antes fizera Dionísio de Halicarnasso (séc. I a.C.), que categoricamente afirma, em seu tratado sobre a combinação das formas verbais, que Aristóteles e alguns seus contemporâneos, como Teodeto, só distinguiram as três referidas classes de palavras.

ção” ou “juntura”, designa certos vocábulos relacionais ou anafóricos do grego, e não propriamente o que se conhece na atualidade pelo nome de artigo.

Após assinalar as oitos **partes da expressão** (*mere tes lexeos*), Aristóteles define cada uma delas, estabelecendo de certa forma uma distinção básica entre unidades fônicas (fonema e sílaba) e unidades significativas.

Das unidades pertencentes ao plano fônico da língua (plano da 2ª articulação, conforme costumam dizer os lingüistas), o fonema (*stoicheion*) é definido como segmento sonoro indivisível, de que se distinguem três espécies, correspondentes, *grosso modo*, ao que hoje se denomina **vogal**, **consoante contínua** e **consoante oclusiva**. A sílaba, por sua vez, é definida como um segmento sonoro constituído por *stoicheia* e desprovido de significação.

No que concerne às unidades significativas, cumpre de início acentuar que Aristóteles atribui ao termo *onoma* um sentido amplo e outro restrito. Em sentido amplo, *onoma* equivale a **palavra**<sup>16</sup>, definida como parte da oração (*meros logou*) que tem significado próprio e que não pode ser dividida em outras unidades significativas. Em sentido restrito, *onoma* designa toda palavra de natureza nominal, identificada nos seguintes termos:

O nome é um segmento sonoro convencionalmente significativo, que não indica tempo e cujas partes nada significam quando tomadas isoladamente. (*Peri Hermeneias*, 2, 16a)

Em oposição a *onoma*, Aristóteles definiu *rhema* como uma unidade significativa com marca temporal e como constituinte nuclear do predicado. Esta segunda parte da definição permitiu-lhe colocar na classe dos *rhemata*, conforme já fizera Platão, certos adjetivos que em grego assumem freqüentemente a função de predicado, como *leukos*, “branco”, e *dikaios*, “justo” (cf. *leukos ho hippos*, “o cavalo é branco”). Considerando que neste caso o verbo *ser* na terceira pessoa do presente está subentendido e é sempre suscetível de inserção, pode-se dizer que tais adjetivos também são portadores de referência temporal.

Aristóteles emprega o termo *ptosis* para indicar variações gramaticais a partir de certas formas da palavra tomadas como básicas ou primitivas. Na

<sup>16</sup> O duplo sentido de *onoma*, entre os gregos, também se encontra em *uerbum*, entre os gramáticos latinos. Conforme explica Quintiliano (*Inst. Orat.*, I, 5), toma-se *uerbum* ora em sentido genérico, ora em sentido específico. Genericamente, designa qualquer palavra, equivalendo a *uox*, *locutio* ou *dictio*; especificamente, aplica-se a determinada “parte da oração”, como *lego* ou *scribo*.

prática aristotélica, são consideradas como formas básicas o nome no caso nominativo e o verbo no tempo presente. Por conseguinte, são *ptoseis* os casos oblíquos e as flexões verbais que exprimem tempo passado ou futuro. Também são tratadas como *ptoseis* as variações do adjetivo para expressar as noções de grau comparativo e superlativo.

A escola estóica, fundada em Atenas por volta do ano 300 a.C., atribuiu particular atenção ao estudo da linguagem e elaborou uma teoria da significação em que sobressai a agudeza das observações acerca da relação entre o signo lingüístico e a realidade. Sabe-se que os primeiros estóicos (Zenão, Cleantes, Crisipo, Diógenes de Babilônia) escreveram numerosos livros sobre temas lingüísticos, os quais, todavia, não chegaram até os nossos dias. Na verdade, quase tudo do que hoje se conhece a respeito desses filósofos foi colhido de segunda mão, em referências e comentários feitos por autores que viveram em épocas posteriores.

Submetendo o discurso a novo tipo de análise, os estóicos aperfeiçoaram a terminologia lingüística e melhor delimitaram as categorias gramaticais que se exprimem através dos nomes e dos verbos. Para estabelecer e descrever as classes de palavras, valeram-se basicamente de dois critérios: a) a presença ou ausência de variação gramatical; b) presença ou ausência da flexão de caso. Com isto configuraram um quadro classificatório que se pode apresentar do seguinte modo:

A) Palavras variáveis, com flexão de caso:

<i>Onoma</i>	= nome (substantivo e adjetivo)
<i>Arhtron</i>	= pronome e artigo

B) Palavras variáveis, sem flexão de caso:

<i>Rhema</i>	= verbo
--------------	---------

C) Palavras invariáveis:

<i>Sundesmos</i>	= preposição e conjunção
------------------	--------------------------

A classe dos nomes foi subdividida em nome próprio (*onoma prosegorikon* ou *prosegoria*), como “Sócrates”, e nome comum (*onoma kurion* ou simplesmente *onoma*), como “homem”. Com isto, chega-se a um total de cinco diferentes partes do discurso. De acordo, porém, com Diógenes Laércio (*Vitae Philosophorum*, VII), Antipater de Tarso, sucessor de Diógenes de Babilônia à frente da escola estóica (circa 150 a.C.), teria isolado uma outra classe de palavras, denominada *mesotes*, que mais tarde se chamará *epirrhema mesotetos*

(correspondente ao que hoje se denomina advérbio de modo derivado de um adjetivo, como *sophōs* “sabidamente”). Tomado em sentido literal, o termo *mesotes* significa “o que está no meio” ou “situado entre dois extremos”. A sua escolha parece ter sido motivada pelo fato de as palavras a que se aplica estarem ligadas aos nomes adjetivos, do ponto de vista morfológico, e aos verbos, do ponto de vista sintático.

As idéias dos estóicos foram largamente exploradas pelos sábios e eruditos de Alexandria, cidade do Egito que a partir de séc. III a.C se tornou, dentro da área de domínio helênico, importante centro de pesquisas lingüísticas e filológicas. É justamente ao alexandrino Dionísio Trácio (séc. II a.C.), discípulo de Aristarco, que se atribui a elaboração de uma *Techne grammatike* considerada a mais antiga descrição sistemática do grego até hoje conhecida e matriz das pesquisas propriamente gramaticais realizadas no âmbito do mundo ocidental. Todavia, vários estudiosos têm levantado dúvidas sobre a autoria e cronologia da referida obra. Para Di Benedetto (1959: 118), a *Techne* que sobreviveu aos tempos não passa de um modesto manual composto, provavelmente, no séc. IV da nossa era. Para outros pesquisadores, trata-se de compêndio posterior ao séc. II d.C., que apenas reproduz, de modo parcial, o texto originalmente escrito por Dionísio, a que, no séc. II d.C., Sexto Empírico (*Adv. gramm.*, I, 57) faz explícita referência, atribuindo-lhe o nome de *parangelmata* (“prescrições”, “orientações”, “preceitos”).

Não obstante as controvérsias, a *Techne* apresenta uma divisão de palavras em oito classes, que constituem a base de uma longa tradição nos domínios da morfologia e lexicologia. As partes do discurso apresentadas, com as suas respectivas propriedades, são as seguintes:

1. *Onoma*<sup>17</sup> (nome): parte do discurso que possui flexão de caso e que designa coisas corpóreas ou estados de coisas.
2. *Rhema* (verbo): palavra sem flexão de caso, mas flexionada em tempo, pessoa e número, que significa processo executado ou experimentado.
3. *Metochē* (particípio): palavra que compartilha das características do verbo e do nome, exceto as noções de pessoa e modo.
4. *Arthron* (artigo): parte do discurso que possui flexão de caso e que vem antes ou depois dos nomes.

<sup>17</sup> Na *Techne*, o adjetivo (*epitheton*) é visto como uma espécie de nome (*onoma*) que se junta a outro nome. Tal interpretação, que implica a adoção de uma perspectiva sintática, está ligada à distinção medieval entre *nomen substantivum* (que significa *per modum per se stantis*) e *nomen adiectivum* (que significa *per modum adiacentis*).

5. *Antonumia* (pronome): palavra que se emprega em lugar do nome e que indica determinada pessoa.
6. *Prothesis* (preposição): palavra que se coloca diante de outras palavras, no domínio da composição ou da sintaxe.
7. *Epirrhema* (advérbio): parte do discurso que não possui flexão e que modifica ou acompanha o verbo.
8. *Sundesmos* (conjunção): palavra que interliga as idéias, ordenando-as, e que deixa manifestos vínculos implícitos em uma expressão.

#### 4.2 Os gramáticos latinos: Varrão, Donato e Prisciano

Considerado um dos primeiros e mais importantes gramáticos latinos, Varrão (116 – 27 a.C.) foi um polígrafo e homem de vasto saber. A ele são atribuídas mais de 70 obras<sup>18</sup> sobre variados assuntos, quase todas perdidas nos desvãos do tempo. Do que escreveu sobre a linguagem, apenas temos uma cópia do séc. XI de uma parte de seu trabalho intitulado *De Lingua Latina*, originariamente constituído de 25 livros, dos quais chegaram quase na íntegra até os nossos dias os de nº V, VI, VII, VIII, IX e X; de alguns outros, existem apenas fragmentos.

Partindo do geral para o particular, Varrão submeteu os vocábulos a diferentes e sucessivas classificações, adotando, para cada uma delas determinado critério. A rigor, são delineados no texto varroniano dois distintos esquemas classificatórios, que inevitavelmente se entrecruzam em diversos pontos. Em um dos esquemas prevalece a perspectiva morfológica (morfo-gramatical); no outro, a perspectiva semântica.

Influenciado pelo pensamento estóico, Varrão estabeleceu inicialmente para o latim dois *genera uerborum*: palavras indeclináveis (estéreis, invariáveis) e palavras declináveis (fecundas, variáveis). Em seguida distinguiu a *declinatio uoluntaria* (processo de derivação), da *declinatio naturalis* (processo de flexão). Considerando este último processo, propôs, com *fundamentum* nas categorias gramaticais de caso e de tempo, a seguinte esquematização:

- |  |                    |
|--|--------------------|
| a) palavras com flexão de caso e sem flexão de tempo | ex: <i>docilis</i> |
| b) palavras com flexão de tempo e sem flexão de caso | ex: <i>doceo</i>   |

<sup>18</sup> Sobre Varrão, diz Santo Agostinho (*De Ciuitate Dei*, VI, 2), reiterando opinião de Terenciano Mauro (séc. II d.C.): “leu tanto, que não se sabe como teve tempo para escrever; escreveu tanto, que é difícil acreditar que alguém possa ler toda a sua obra”. Conforme já evidenciado por várias pesquisas, Santo Agostinho não se limitou a reconhecer e admirar o talento de Varrão; também tirou largo proveito das suas idéias.





Appellandi partes sunt quattuor, e quis dicta a quibusdam prouocabula quae sunt ut quis, quae; uocabula ut scutum, gladium; nomina ut Romulus, Remus; pronomina ut hic, haec. Duo media dicuntur nominatus; prima et extrema articuli. Primum genus est infinitum, secundum ut infinitum, tertium ut finitum, quartum finitum.

(*De lingua Latina*, 8. 23)

Afastando-se do paradigma estóico de classificação de palavras adotado por Varrão, Donato (séc. IV d.C.) e Prisciano (séc. V e VI d.C.), prestigiados autores de gramáticas latinas, preferiram seguir de perto as pegadas de Dionísio Trácio e de outros alexandrinos. Os textos de Donato e de Prisciano alcançaram larga aceitação e exerceram forte influência sobre os trabalhos de ensino e descrição do latim durante a Idade Média. Evidenciam a popularidade de Prisciano os mais de mil manuscritos que já foram encontrados das suas *Institutiones grammaticae*. Quanto ao prestígio de Donato, basta dizer que os seus trabalhos, *Ars grammatica (Ars maior)* e *Ars minor*, elaborados com um propósito claramente pedagógico, ainda são fonte de consulta e referência cerca de onze séculos após o seu aparecimento. É o que testemunha o texto didático escrito por Mathias Ringmann em 1509 com o sugestivo título de *Grammatica figurata – octo partes orationis secundum Donati*.

Na trilha de Dionísio Trácio, Donato e Prisciano também distinguem oito classes fundamentais de palavras. Introduzem, todavia, no processo classificatório de Dionísio algumas modificações, dentre elas a substituição da classe denominada *arthron* pela interjeição, tendo em vista não existir no latim clássico o artigo definido. Deste modo, a *interiectio* passou à condição de classe autônoma, deixando de ser considerada, conforme ocorria entre os gramáticos gregos, como simples subdivisão dos advérbios.

Para melhor aquilatar a influência do pensamento alexandrino sobre os gramáticos latinos, comparem-se as classes e definições estabelecidas por Dionísio (*supra*) com as que se encontram em Donato (*De partibus orationis ars minor*):

Nomen:	Pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterue significans.
Pronomen:	Pars orationis, quae pro nomine posita tantundem paene significat personamque interdum recipit.
Verbum:	Pars orationis cum tempore et persona sine casu aut agere aliquid aut pati aut neutrum significans.

- Aduerbum: Pars orationis, quae adiecta uerbo significationem eius explanat atque inplet.
- Participium: Pars orationis partem capiens nominis, partem uerbi; nominis genera et casus, uerbi tempora et significationes, utriusque numerum et figuram.
- Coniunctio: Pars orationis adnectens ordinansque sententiam.
- Praepositio: Pars orationis quae praeposita aliis partibus orationis significationem earum aut complet aut mutat aut minuit.
- Interiectio: Pars orationis significans mentis affectum uoce incondita.

## 5. Consequências e conclusão

Observados da situação privilegiada do presente, não é difícil apontar equívocos e lacunas nos trabalhos sobre a linguagem realizados pelos antigos gregos e romanos. Desde os fins do séc. XIX, muitos foram os que assumiram uma atitude questionadora em relação ao quadro tradicional de classificação de palavras. Como lembra Colombat (1988:5), o resultado dessa atitude, “depuis longtemps critique, a été de considérer l’approche du langage em termes de parties du discours comme dépassé, car celui que s’y engage paraît s’enfermer dans une problématique définitivement obsolète”. Todavia, gerativistas, estruturalistas ou funcionalistas, de diferentes orientações, continuam a falar em nome, verbo, conjunção, etc., o que evidencia que a doutrina e a terminologia gramaticais paulatinamente forjadas pelos antigos continuam a alimentar as modernas teorizações e as atuais descrições das línguas espalhadas pelo mundo. Ademais, não se deve ignorar que as palavras são objetos classificáveis. Trata-se de uma possibilidade teórica que não se pode desprezar pela simples constatação de deficiências ou insuficiências dos critérios classificatórios usados no passado: há que se buscar novos critérios ou melhor avaliar e aproveitar os previamente adotados.

Resgatando, por exemplo, a tricotomia *onoma*, *rhema* e *sundesmos*, estabelecida por Aristóteles, e retomando sugestões que se encontram em *Minerva*, obra do séc. XVI, escrita por Sanctius (Sánchez de las Brozas), pode-se moldar um sistema em que as palavras são classificadas não apenas enquanto signos, entidades com significante e significado, mas também como objetos contáveis. No primeiro caso toma-se como critério de classificação esta ou aquela *qualitas* da palavra (determinada propriedade semântica, morfológica ou morfossemântica); no segundo, leva-se justamente em conta a noção de *quantitas*.

Para ser adequada, toda classificação deve atender a três requisitos lógicos: a) apoiar-se em critério homogêneo e relevante; b) ser exaustiva; c) observar o princípio da irreduzibilidade. Enquanto *modi significandi*, as palavras carregam em si um conteúdo genérico e irreduzível (valor categórico) associado a outros traços semânticos particulares (valor específico). Pelo modo genérico de significar, as palavras põem em relevo a essência, a existência ou as relações dos seres pertencentes ao espaço infinito do real e do imaginário, que elas reticulam e representam. Assim, com amparo no seu valor categórico, é possível distribuir primariamente as palavras em três classes:

1. Apelativo (Palavra que apenas desvela a essência dos seres, isto é, *o quê* permanente e imutável das coisas.)
2. Verbo (Palavra que indicia certo modo de existência dos seres, que os concebe como evento, como algo suscetível de ocorrência e mudança na linha do tempo.)
3. Conectivo (Palavra que exprime relação entre os seres.)

Associando-se à classificação acima o critério da quantificação, pode-se dicotomicamente agrupar as palavras em um inventário aberto (palavras “lexicais”) e em um inventário fechado (palavras “gramaticais”). Ao primeiro grupo pertencem os verbos; ao segundo, os conectivos. Os apelativos entram nos dois grupos, repartindo-se em *nomes* (unidades “lexicais”) e *pronomes* (unidades “gramaticais”). Cabe ressaltar que o nome e o pronome, a par da diferença quantitativa, obviamente diferem entre si no que diz respeito ao modo específico de significar: a estes, ao contrário do que sucede com aqueles, normalmente se atrelam a noção de pessoa do discurso, a função vicária e o valor dêitico/anafórico.

À vista do exposto, é possível configurar o seguinte quadro:

INVENTÁRIO ABERTO	INVENTÁRIO FECHADO
Nome Verbo	Pronome Conectivo

Confrontando a divisão de palavras acima sugerida, a que por mera convenção se dará o nome de “classificação básica”, com a divisão proposta pela NGB – amplamente empregada nas descrições tradicionais do Português – pode-se estabelecer entre ambas (excluindo, por ora, a interjeição) as seguintes correlações:

Classificação Básica	Classificação da NGB
Nome	Substantivo Adjetivo Numeral
Pronome	Pronome Artigo Advérbio
Verbo	Verbo
Conectivo	Preposição Conjunção

É de notar que alguns componentes da coluna direita do quadro, que não aparecem na coluna esquerda, podem ser aproveitados para rotular subdivisões resultantes da aplicação de outros procedimentos classificatórios. Mattoso Camara (1964:149-60), por exemplo, admite que os nomes e pronomes são suscetíveis de funcionar como substantivo, adjetivo ou advérbio, tendo em vista a distinção entre termo determinado e termo determinante de primeiro e segundo grau. Todavia, qualquer subdivisão que se faça não pode perder de vista o preceito medieval de que *entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem*.

No que diz respeito à classe das interjeições, cumpre de início salientar que no seu domínio é costume colocar duas coisas bem diferentes: a) unidades do tipo “Ah!”, “Oh!”, “Psit!”, etc; b) unidades do tipo “Viva!”, “Salve!”, etc. O primeiro subconjunto é constituído de elementos paralingüísticos: formas de expressão que podem ocorrer no processo enunciativo, mas que não pertencem ao sistema da língua. Por conseguinte, não se trata propriamente de *palavras*. No segundo subconjunto, as expressões arroladas não se apresentam nem funcionam apenas como palavras: são, a rigor, frases exclamativas (o que se evidencia na escrita pela pontuação), equiparáveis a outras que igualmente têm um só vocábulo, como “Fogo!”, “Socorro!”, etc.

À guisa de conclusão, vale lembrar que os filósofos pré-socráticos, Platão e Aristóteles construíram os alicerces de uma teoria lingüística que se desenvolveu com os estóicos, consolidou-se com os alexandrinos, passou ao Império Romano, dominou na Idade Média, manteve-se influente após o Renascimento e ainda permanece como fonte de indispensáveis subsídios para as pesquisas lingüísticas realizadas na atualidade. Ao longo de mais de dois mil anos, sucessivas gerações de estudiosos assimilaram, repetiram, criticaram, debateram e

aplicaram à descrição de diversos idiomas o pensamento gramatical que os antigos gregos gradativamente sedimentaram. Tal estado de coisas constitui inequívoco testemunho da relevância e fecundidade desse milenar legado para o equacionamento e resolução de múltiplas questões sobre a linguagem, continuamente suscitadas por força e virtude da insaciável curiosidade humana.

## Referências Bibliográficas

- APOLÔNIO DÍSCOLO. *De la construction (syntaxe)*. Introduction, texte et traduction par Jean Lallot. Paris: J. Vrin, 1997, 2v.
- ARISTÓTELES. *Categories. On interpretation. Prior analytics*. Cambridge, Mass: Havard University Press, 1938. (The Loeb Classical Library)
- \_\_\_\_\_. *The "art" of rhetoric*. Cambridge, Mass: Havard University Press, 1994. (The Loeb Classical Library)
- \_\_\_\_\_. *Poétique*. Paris: Les Belles Lettres, 1932.
- \_\_\_\_\_. *De l'ame*. Paris: Les Belles Lettres, 1966.
- CAMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.
- COLOMBAT, B. Présentation: éléments de réflexion pour une histoire des parties du discours. *Langages*. Paris, n° 92, p. 5-10, 1988.
- DI BENEDETTO, Vincenzo. Dionisio Trace e la techne a lui attribuita. *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*. Pisa, serie 2, v. XXVIII, p. 87-118, 1959.
- DIÓGENES LAÉRCIO. *Vitarum philosophorum libri*. Stuttgart / Leipzig: Teubner, 1998, v. I, libri I-X.
- DIONÍSIO DE HALICARNASSO. *On literary composition*. Edited with an introduction, translation, notes, glossary, and appendixes by W. Rhys Roberts. London: Macmillan, 1910.
- DIONÍSIO TRÁCIO. *TEXNH GRAMMATIKH*. Testo critico e commento a cura di Giovan Battista Pecorella. Bologne: Cappelli, 1962.
- KEIL, Heinrich (ed.) *Grammatici latini*. Leipzig: Teubner, 1855-1870, 8v.
- NEVES, M.H. de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1987.
- PLATÃO. *Cratyle*. Paris: Les Belles Lettres, 1950.
- \_\_\_\_\_. *Théétete*. Paris: Les Belles Lettres, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Le sophiste*. Paris: Les Belles Lettres, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Le opere (testo greco a fronte)*. Roma: Newton & Compton, 2005, 5v.

- QUINTILIANO. *Institutio oratoria*. Translated by H. E. Butler. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1920-1922, 4v. (The Loeb Classical Library)
- ROBINS, R.H. *Ancient and mediaeval grammatical theory in Europe*. London: G. Bell, 1951.
- \_\_\_\_\_. *A short story of linguistics*. London: Longman, 1969.
- SANCTIUS, F. (Francisco Sánchez de las Brozas). *Minerva: seu de causis linguae Latinae*. Salamanca: J. e A. Renaut, 1587.
- SEXTO EMPÍRICO. *Against the professors*. Translated by R. G. Bury. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1971, v. IV. (The Loeb Classical Library)
- SIMPLÍCIO. *In Aristotelis Categorias commentaria*. Kalbfleisch, C. (ed.). Berlin: G. Reimer, 1907. [Commentaria in Aristotelem Graeca 8.]
- VARRÃO. *On the Latin language: books VIII – X*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1989. (The Loeb Classical Library)